

OPINIÃO

AQUECIMENTO GLOBAL

Duas questões de estilo

**LUIS NAZARÉ**

Economista; Professor do ISEG/ULisboa

L. É, de facto, muita gente. O número redondo de 70 governantes, recorde absoluto em Portugal e certamente uma das melhores marcas europeias de sempre, não é fruto de impulsos despesistas do primeiro-ministro. É o resultado de uma escolha consciente para modelo de *governance* em tempos de incerteza. Um secretariado-geral, chamou-lhe Vicente Jorge Silva no Público; uma orgânica de controlo, chamar-lhe-iam os especialistas em configurações estruturais. O principal problema destes formatos é a sua aversão ao risco e à inovação, em detrimento de lógicas incrementais e laboriosos mecanismos de controlo. Por maioria de razão, quando existem óbvias sobreposições funcionais.

Ao mesmo tempo, parece haver uma vontade de explícita de fazer diferente em domínios de segunda ordem. Por exemplo, anuncia-se o regresso da desconcentração, instalando algumas secretarias de estado fora de Lisboa. A ideia é generosa – retirar peso simbólico ao Terreiro do Paço e promover algumas cidades do interior.

Mas está por provar que as experiências do passado tenham sido compensadoras – às magras externalidades positivas contrapõem-se custos acrescidos de instalação, coordenação e logística. No governo Santana Lopes, a secretaria de estado da Agricultura, na Golegã, debateu-se com esses constrangimentos, enquanto a do Turismo, instalada em Faro, centrava a sua acção em audiências

aos autarcas algarvios.

A verdadeira desconcentração deveria passar primordialmente por organismos e serviços públicos autónomos, de um modo inteligente e sustentado, sempre que daí não adviessem mais encargos nem disfuncionalidades em comparação com Lisboa (algo que não se verificou no gorado movimento de reinstalação do Infarmed no Porto). E, para isso, é preciso coragem e estudo. Não é com gabinetes governamentais e flashes da imprensa regional que se desenvolve o interior.

Igual dose de ambição deveria estar presente no programa de acção do ministério da modernização do estado. Ouvimos da sua responsável que a prioridade seria o combate à corrupção e à fraude. Tudo certo, mas é preciso muito mais. Se há algo a que os governos socialistas nos habituaram foi ao empenho na desburocratização e racionalização dos processos e serviços públicos. Neste domínio, para se obterem resultados, o incrementalismo é uma opção curta. Impossíveis que são *big bangs* no universo estatal, só o radicalismo selectivo produz efeitos visíveis. Todas as surpresas serão bem vindas.

2. O fenómeno era previsível. A iniciativa dos auto-denominados liberais, agora representados no parlamento, marca pelo estilo. Do seu garrido programa eleitoral, repleto de ideias desafiantes, merecem destaque as fantasias da liberalização da segurança social, SNS e educação. Na economia, a privatização plena da RTP e da TAP, a par da venda da CGD (aos espanhóis, presume-se). E uma arrojada proposta de reflexão sobre a utilidade de dezenas de organismos públicos. É de pensar que o Turismo de Portugal seria a primeira vítima. ■

Artigo em conformidade com o antigo Acordo Ortográfico



Pedro Catarino

Não é com gabinetes governamentais e flashes da imprensa regional que se desenvolve o interior.

A FIGURA DO MÊS

Não são de hoje as querelas sobre a gestão hidrográfica comum dos nossos três grandes rios – Douro, Tejo e Guadiana –, todos nascidos em Espanha. O direito internacional e a Convenção de Albufeira deveriam bastar, entre gente ibérica, para regular caudais e bacias. Mas não. E quem mais sofre são

os nossos rios.

As opiniões dos especialistas – portugueses – dividem-se. Uns dizem que a gestão espanhola é manhosa, favorecendo os seus interesses a montante, o que cola na perfeição ao modo

como sempre vimos Madrid tourear a parte portuguesa, seja nos rios, nas centrais nucleares ou nas zonas pesqueiras. Outros afirmam que o problema está deste lado e na nossa habitual incompetência em sistemas de controlo e monitorização.

São anos a mais de desleixo e conversa fiada, de cimbras ibéricas e encontros técnicos inconsequentes. O planeta A também passa por aqui, pelo nosso Douro, o nosso Guadiana, o nosso Tejo. E pelas histórias dos avieiros, que veem o rio entregar a quem não o entende nem sabe cuidar. ■

RIO TEJO



NÚMERO DO MÊS

É o valor da multa (cerca de 83 euros) que, em Kyoto, todo o turista mal comportado terá doravante de pagar por atentados à moralidade e bons costumes locais. O correspondente do jornal britânico The Guardian, Justin McCurry, relata-nos o modo como as autoridades da cidade imperial pretendem contrariar os frequentes atropelos ao recato e à imagem das *geiko* e *maiko* (mulheres finamente maquilhadas e ornamentadas), a par de consumos impróprios na via pública e outras malfeitorias ligeiras.

“Poluição turística” foi o nome encontrado pelos habitantes e comerciantes locais para designar a praga de visitantes sem maneiras, cuja dimensão não pára de aumentar e deverá prosseguir em

10 000 YEN

acelerado crescendo com a aproximação dos próximos Jogos Olímpicos. São autênticas perseguições nos templos, nas lojas, pelas ruas fora, das delicadas gueixas, em busca de *selfies* coloridas. Razão bastante para os japoneses pretenderem ver o seu património protegido e a ordem reposta.

Para já, é um projecto-piloto que conta com *apps* e folhetos pedagógicos. A partir de Janeiro, entram em campo os samurais. ■